



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA**

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28 DE FEVEREIRO DE  
2014**

**NÚMERO 1**

**INICIO 20.30 HORAS**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA REALIZADA NO  
DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2014 -----**

**N.º. 01/2014 -----**

O Presidente da Assembleia Municipal empossou como vogais da Assembleia Municipal a cidadã Célia Maria Rodrigues Abreu, em substituição da falecida vogal Margarida Veríssimo na bancada do PS e a cidadã Raquel Martins Gaspar, por renúncia de mandato da eleita Ana Paula Carvalho Mota Tracana na bancada da CDU. -----

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital número dois barra dois mil e catorze, de catorze de fevereiro de dois mil e catorze, tendo comparecido os seguintes Vogais: - António Manuel dos Santos Mendes; Rogério Paulo de Sousa Palácio; Maria do Rosário Costa Martins; Célia Maria Rodrigues Abreu; Rui Manuel Ferreira; Carlos Manuel Marques Alves; Carlos Alberto Dias; Maria Adelaide do Vale Quaresma Ferreira; Sónia Cristina Marques Varino; Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira; Virgílio Manuel Rosa André; Raquel Martins Gaspar; João Pedro Viegas Santana; Nuno Filipe Medroa Cristóvão; João Carlos Baião da Silva; Jorge Manuel Louro Pereira; António José Calado Martins Pinheiro. -----

Faltou à Sessão o vogal Rui Paulo Serras Vermelho.-----

Estiveram presentes os seguintes elementos do Executivo Municipal: - Presidente – Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim; Vereadores – Daniel Freire da Encarnação Martins; António Luís Fernandes Mendes e Arsénio Oliveira Cristóvão. -----

Também esteve presente para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos. -----

A Mesa da Assembleia Municipal, que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Manuel dos Santos Mendes; Rogério Paulo de Sousa Palácio, 1.º Secretário e Maria do Rosário Costa Martins, 2ª. Secretário. -----

---

Assembleia Municipal de Constância: sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2014



1

Por proposta do Presidente da Assembleia Municipal observou-se um minuto de silêncio em memória da vogal Margarida Veríssimo.-----

**ABERTURA** -----

Verificando-se a existência de quórum o Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão, tendo cumprimentado todos os presentes. Em seguida iniciou os trabalhos com o

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**Vogal Carlos Dias (PS)** – Fez uma intervenção alusiva à atual tendência de diminuição de serviços públicos e questionou a Câmara Municipal de Constância, sobre as perspetivas futuras relativamente a este assunto para o concelho. -----

**O Presidente da Assembleia Municipal** apresentou o seguinte Voto de Pesar que foi aceite por unanimidade: -----

*“Foi com consternação que a Assembleia Municipal de Constância tomou conhecimento do falecimento no passado dia 14 de fevereiro, do falecimento do trabalhador da Câmara Municipal, Álvaro José Lemos Carçoço. A Assembleia Municipal reunida a 28 de fevereiro de 2014 expressa aos familiares o seu profundo pesar pela perda deste trabalhador.”* -----

**O Presidente da Junta de Freguesia de Constância** – Apresentou as conclusões do XIV Congresso as ANAFRE que decorreu em Aveiro <sup>1</sup>.-----

**Vogal Rui Ferreira (CDU)** – Apresentou uma declaração política da bancada da CDU<sup>2</sup>.-----

**Vogal Virgílio André (CDU)** - Apresentou uma proposta sobre o relatório de infraestruturas de elevado valor acrescentado com ênfase na construção de nova ponte sobre o rio Tejo. A Proposta foi aceite por unanimidade, para análise, discussão<sup>3</sup>. Pelo avançado da hora a votação transitou para o ponto seis: Outros assuntos de interesse. -----

**Presidente da Câmara Municipal de Constância** – Informou que o executivo também está preocupado com a diminuição dos serviços públicos que está a acontecer no país, mas a

<sup>1</sup> Anexo I - “Conclusões do XIV Congresso da Anafre em Aveiro Nos Dias 31 de Janeiro, 1 e 2 de Fevereiro de 2014”

<sup>2</sup> Anexo II – Declaração da Bancada da CDU

<sup>3</sup> ANEXO III - Proposta sobre o relatório de infraestruturas de elevado valor acrescentado

informação mais recente que detém é que não existe intenção do Governo em extinguir o serviço de finanças nos concelhos, embora possa ser equacionada a possibilidade de diversos serviços virem a ser prestados num mesmo espaço, tipo loja de cidadão. -----

**Vogal Carlos Alves (PS)** – Sugeriu que no Relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens houvesse dados comparativos de pelo menos dois anos para facilitar a análise do seu conteúdo. Referiu ter ouvido a intervenção do vogal Rui Ferreira e considerar incorreto e injusto o que este proferiu relativo ao PS. Disse ser incorreto colocar estigmas no PS e injusto acusar-se o partido de não contribuir para o desenvolvimento do concelho, pois muitos equipamentos e outro tipo de intervenções no Concelho devem-se a eleitos do PS, que ao longo dos anos desenvolveram o seu trabalho na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal enquanto Vereadores.-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Deu início à análise e discussão do documento apresentado pelo vogal Virgílio André. -----

**Vogal Carlos Alves (PS)** – Pediu para que o vogal Virgílio André apresentasse de novo as conclusões do documento, dado não lhe ser fácil reter toda a informação. -----

**Vogal Virgílio André (CDU)** – Referiu que toda a gente conhece o problema da ponte da Chamusca e da Praia do Ribatejo, e parece não ter tendência para ser ultrapassado nos próximos tempos. Sabe-se que a ponte de Abrantes vai entrar em obras brevemente e a atual situação não resolve os problemas do concelho de Constância, da Chamusca e de Abrantes. Em suma devem ser reunidos esforços que se traduzam numa nova ponte na zona de Constância. -

**Vogal Carlos Alves (PS)** – Pediu à senhora Presidente de Câmara para se manifestar sobre o assunto, dado este ser tratado na CIMT e tendo em conta que a Câmara de Abrantes também está a exigir uma nova ponte para a zona do Tramagal. Em relação ao estudo sobre as infraestruturas de valor acrescentado, referiu concordar com os princípios subjacentes ao estudo, porque as infraestruturas devem estar ao serviço da economia e não da política, tendo nos 40 anos de democracia sido construídos inúmeros equipamentos que estão abandonados ou quase a cair.-----

**Presidente da Câmara Municipal** – Informou que recentemente assistiu em Coimbra à apresentação do estudo elaborado por um grupo de trabalho coordenado pelo Dr. José Eduardo de Carvalho, onde foram apresentadas as prioridades dos grandes investimentos a

realizar prioritariamente na faixa litoral do país. Os municípios manifestaram o seu desagrado, dizendo que não se opunham a esses investimentos, tendo em conta a necessidade das questões portuárias, mas foi entendimento geral que o conjunto de investimentos previsto para o litoral, será em detrimento de investimentos no interior, o que vão acentuar ainda mais as assimetrias que já hoje existem. Disse ainda que a proposta está em discussão pública, e desta devem surgir outras propostas. O estudo de infraestruturas de elevado valor acrescentado tendo em conta a premissa da competitividade, beneficia indiretamente as populações. É necessário criar infraestruturas que potenciem o desenvolvimento económico, e é nesse aspeto que nos devemos centrar. Se o objetivo é desenvolver economicamente o país, este compreende investimento privado, empresas, exportações, internacionalização enquanto eixos que não podemos perder de vista. -----

A questão de uma ponte na nossa região coloca-se porque houve a possibilidade de voltarmos a falar de infraestruturas importantes e nós entendemos em termos do médio tejo, que uma travessia sobre o tejo, entre Constância e Tramagal faz toda a diferença em termos do desenvolvimento económico da nossa região, portanto até aqui estamos de acordo. -----

Por outro lado, o facto de no estudo vir mencionada a questão da ponte sobre o rio tejo designadamente a ponte Praia do Ribatejo-Constância situa o nosso concelho e o concelho de Vila Nova da Barquinha no mapa e no centro da nossa discussão onde devem estar duas questões, uma delas é que a ponte foi alvo de um acordo em que neste momento a Câmara Municipal de Constância e a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha são os responsáveis pela sua conservação e gestão durante 25 anos. Alterar os atuais condicionalismos de trânsito para permitir a passagem de veículos pesados terá de ser negociado com estas duas câmaras. O que nós reivindicamos, é que na altura do encerramento da ponte a Assembleia da República aprovou por unanimidade, uma recomendação para que a ponte passe para a gestão governamental. Prevendo um aumento do tráfego naquela ponte, somos nós que vamos ser os responsáveis pela sua conservação e nós não estamos disponíveis para gastar dinheiro dos dois municípios na conservação de uma ponte, que como todos sabemos, é uma ponte que serve a região. -----

Este estudo aponta e reconhece que a travessia do tejo, pelos veículos pesados na região do médio tejo deverá ser equacionada em conjunto com a melhoria das acessibilidades na zona da Chamusca. A ponte da Chamusca não responde ao problema do trânsito pesado. O referido

estudo fala em algumas melhorias de acessibilidades para o Eco-Parque do Relvão e propõe que os pesados sigam o trajeto da ponte da Chamusca. Fazendo-se o outro tráfego pesado por esta nossa ponte, cuja circulação se faz alternadamente, ninguém esquece o passado recente, em que existiam filas de quilómetros. Por outro lado, o investimento que vai ser feito na Caima implica um aumento da tonelagem de matéria-prima consumida, o que determina um aumento do número de camiões por dia que chegam à Caima. Portanto se pensarmos que a Caima precisa de uma travessia que não encareça o custo da matéria-prima e que não encareça a vida aos madeireiros, tudo quanto seja reduzir quilómetros e reduzir tempo é importante na economia.-----

Depois temos que nos centrar numa outra questão, não podemos esquecer o tempo que todos nós gastámos a discutir o estudo do impacto ambiental e as visitas que foram feitas a Espanha e a França, para que nós também entendêssemos da melhor forma o Eco-Parque do Relvão. O estudo do impacto ambiental refere que a menor probabilidade de risco se verifica quando todos os transportes de resíduos industriais perigosos para o Eco-Parque do Relvão, transitem pela A1 e atravessem na ponte de Constância, está lá escrito e neste momento ninguém se preocupa se estes transportes não estão a cumprir uma diretiva, inclusivamente comunitária, que é não passarem por dentro das localidades. -----

Outro ponto a ter em conta é o traçado em linha reta desde a A1 ao Eco-Parque do Relvão. Em linha reta parece muito simples, quando não é verdade; o que acontece é que provindo da A1, passar pelos Riachos ou no nó da Barquinha até ao Eco-Parque do Relvão é diferente em termos de quilómetros do que transitar pela A1, sair no nó de Constância, atravessar a ponte e seguir para o Parque do Relvão. Portanto quer as transportadoras dos resíduos industriais perigosos, quer todos os outros, inclusivamente os resíduos sólidos urbanos, Constância, Ferreira, Tomar, Torres Novas, Entroncamento têm vantagem em termos de quilómetros ao fazerem este trajeto. Por outro lado se fizermos um estudo em termos de quilómetros, portagens na A1 e depois o nó da A23, a Caima, o Campo Militar, o Eco-Parque do Relvão, a Mitsubishi, etc, verificamos que sem ponte em Constância é o trajeto mais negativo para todos aqueles que querem chegar ao Eco-Parque do Relvão, à Caima, ao Campo Militar, etc., portanto isto são dados e por este gráfico podemos observar, quer em termos de quilómetros são quase o dobro, em termos de tempo, não é quase o dobro, mas é maior o tempo gasto se não utilizarem uma ponte nesta zona.-----

Perante o exposto e tendo em conta a centralidade, o que faz sentido perante estes três cenários é que uma nova ponte a ser construída, seja na zona de Constância, e vou dizê-lo pela primeira vez, porque fiz um acordo com a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, no início do mandato, em que se este assunto tornasse a ser discutido, que eu não estava disposta a digladiar-me por uma ponte e que a nossa posição uma lógica de desenvolvimento da região, nos deveríamos debater por uma nova travessia sobre o Tejo, e portanto em nenhum lugar da comunicação social vocês me ouviram a mim afirmar que era necessário uma ponte em Constância, estou afirma-lo agora pela primeira vez. Não posso admitir e tenho feito não em público mas nos sítios certos que não concordo, que na discussão pública a CIMT apoie uma nova travessia sobre o tejo, com uma ponte que ligue o IC9, isso eu não voto favoravelmente e portanto acho que não há incoerência da minha parte e tendo em conta aquilo que estamos a discutir, a nossa posição deve ser uma posição serena, de tranquilidade em que os investidores, em que a economia e os empresários façam valer também as suas necessidades e que deixe de haver pressões políticas, que de governo a governo vão mudando a posição da ponte, de acordo com os sabores de cada um. Não é verdade que a ponte prevista no Plano Rodoviário Nacional que este estudo propõe que entre em revisão, não é verdade que tenha uma maturidade maior do que a ponte prevista na zona de Constância que faria a ligação entre a A23, na altura o IP6, e a estrada nacional 118 com destino ao Gavião. Não é verdade, porque se a ponte está prevista em Abrantes e teve estudo de impacto ambiental, eu devo dizer que se pesquisarem no motor de busca na internet não conseguem ver o traçado previsto dessa ponte, e a primeira entrada do Google quando colocam lá variante da estrada da A23 à estrada Nacional 118, a primeira entrada é o estudo de impacto ambiental, portanto todos nós sabemos que em termos de maturidade do projeto, o estudo de impacto ambiental com vários traçados propostos de uma ponte na zona de Constância é uma realidade.-----

Concluído o período antes da ordem do dia, a segunda secretária procedeu à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva ordem de trabalhos, que o Presidente da Assembleia Municipal submeteu à aprovação dos vogais, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

#### Período da Ordem do Dia -----

1. Período reservado à intervenção do público;-----

---

Assembleia Municipal de Constância: sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2014

2. Análise, discussão e eventual aprovação da **DESIGNAÇÃO DOS JÚRIS PARA RECRUTAMENTO DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA, DE 2.º GRAU, DO MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA - PROPOSTA;**-----

3. Análise, discussão e eventual aprovação da **AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS - PROPOSTA;**-----

4. Análise, discussão e eventual aprovação do **REGULAMENTO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA;**-----

5. Apreciação de **INFORMAÇÃO ESCRITA** apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25º. da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----

6. Outros assuntos de interesse.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou aprovação para incluir na Ordem de trabalhos, no ponto 6 – Outros Assuntos, a Análise, discussão e eventual aprovação do ofício remetido pela Câmara Municipal de Elvas, referente à Moção em Defesa dos Doentes Oncológicos.-----

Solicitação aceite por unanimidade.-----

**ORDEM DO DIA**-----

**1. PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

O Sr. Luís Gonçalves, residente em Constância, acompanhado pelo Sr. Eduardo Conceição disse estarem a representar a Comissão de utentes do concelho, que foi formada em 20 de janeiro de 2014. Informou que esta comissão tem cinco ou seis pessoas que trabalham em prol da satisfação e das necessidades da população nomeadamente em defesa da preservação e manutenção dos serviços públicos no concelho. Já fizeram um abaixo-assinado em que se demonstra a necessidade da manutenção do serviço de finanças do concelho de Constância. Foram recolhidas 1342 assinaturas que foram enviados ao Senhor Primeiro Ministro e a cada um dos 5 grupos parlamentares. Já tiveram resposta do Partido Ecologista “Os Verdes” que informou já ter interpolado o governo sobre o encerramento do serviço de Finanças no Distrito de Santarém, contudo ainda sem obter resposta do Gabinete do Senhor Primeiro Ministro; referindo ainda que o assunto vai ser remetido à Senhora Ministra de Estado e das Finanças.---



**2. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DOS JÚRIS PARA RECRUTAMENTO DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA, DE 2.º GRAU, DO MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA - PROPOSTA;**-----

**Presidente da Câmara Municipal** – Leu um documento<sup>4</sup> em que apresenta explicação do facto do documento de proposta que foi aprovado na Câmara no dia 13 de fevereiro, ter sido acompanhado por um e-mail vindo do CEFA com data de 18 de fevereiro, no sentido de se compreender o porquê desta situação. -----

**Vogal João Pedro Santana (PS)** – Informou que a bancada do PS está de acordo com a proposta apresentada, e desejou que seja um processo justo e imparcial, célere dentro dos prazos legais a cumprir. Desejou ainda bom trabalho ao júri constituído e que encontre entre os candidatos, alguém com competências técnicas e pessoais, que consiga liderar as equipas, motivar as pessoas, para o bem da organização que é a Câmara Municipal. -----

Submetido à votação, a Assembleia Municipal deliberou **por unanimidade**, aprovar de Designação dos Júris para Recrutamento dos Cargos de Direção Intermédia, de 2.º Grau do Município de Constância.-----

**3. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS - PROPOSTA;**-----

Submetido à votação, a Assembleia Municipal **deliberou por unanimidade**, aprovar a proposta de Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.-----

**4. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA;**-----

**Presidente da Câmara Municipal de Constância** – Informou que este documento foi presente à reunião de Câmara de 13 de setembro de 2012 e nessa data após a discussão pública foi

<sup>4</sup> Documento da câmara Municipal de Constância



aprovado pela Câmara definitivamente, que deliberou submeter para aprovação à Assembleia Municipal, mas por várias vicissitudes só hoje foi possível trazer à Assembleia Municipal. -----

**Vogal Carlos Alves (PS)** – Referiu que a bancada tinha notado desfasamento temporal entre a aprovação da reunião de Câmara e a apresentação à Assembleia Municipal, mas foi dada a explicação necessária e têm nada a objetar. -----

Submetido à votação, a Assembleia Municipal **deliberou por unanimidade, aprovar o Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Constância.**-----

#### 5. APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º. 2 DO ARTIGO 25º. DA LEI N.º. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

Foi presente a Informação Escrita apresentada pela Presidente da Câmara Municipal tendo havido as seguintes intervenções sobre este assunto: -----

**Presidente da Câmara Municipal** – Interveio referindo que para além do que decorre da Lei, que impõe que haja uma informação escrita para os eleitos da Assembleia Municipal. Disse, gostava de partilhar duas ou três circunstâncias que dada a dimensão da Câmara Municipal e até do concelho, todos têm conhecimento mas que de todo o modo, acho que e em nome do Executivo Municipal devo partilhar convosco porque são situações que nos têm criado algumas dificuldades ao nível do nosso trabalho, sem qualquer necessidade ou intensão de responsabilizar quem quer que seja, porque até neste caso não há responsáveis, mas dizer-vos que o facto de nós vivermos uma situação que em termos internos a Câmara Municipal não dispõe de funcionários designadamente em termos da Chefia de Administração e Finanças, e o facto de não dispormos de um jurista em permanência na Câmara, nos tem dificultado bastante o trabalho da Câmara Municipal, e quando eu digo da Câmara Municipal, digo dos trabalhadores que trabalham naturalmente e passo a redundância, nos diferentes serviços da autarquia. Dizer-vos que a legislação é contínua há necessidade de interpretar a legislação que sai diariamente, dizer-vos que o facto de não ter havido uma chefia e uma direção nos últimos anos, do meu ponto de vista, veio criar alguma instabilidade ao nível dos serviços e portanto essa instabilidade gera alguma insegurança nas decisões e nas informações, muitas vezes que

9



têm que ser prestada a nível técnico para sustentarem as decisões políticas e portanto a legislação que eventualmente vem se for bem aplicada, prevê que os dirigentes e os eleitos e quem presta as informações possam ter responsabilidades civis, financeiras e criminais, cria no próprio trabalhador, do meu ponto de vista pessoal, uma instabilidade que na situação de ter que escolher entre duas decisões e entre duas informações, escolhe compreensivelmente aquela que lhe oferece menos riscos. E numa autarquia como a nossa, em que é menor, mas que tem os mesmos problemas das maiores, esta situação requer dos funcionários, quero perante a Assembleia Municipal dizer-vos que nós temos bons funcionários, mas que requer da sua parte uma forma de estar bastante pró-ativa até mesmo no sentido de procurar ajuda, junto de colegas de outras Câmaras Municipais e portanto em termos daquilo que é o trabalho de um eleito, muitas vezes nós próprios temos que intervir junto dos nossos colegas das outras Câmaras Municipais, para que nos possamos socorrer dos seus técnicos no sentido de fazer a ponte entre os colegas de trabalho de umas Câmaras e das outras, não é que isto tenha problema algum, mas de facto cria-nos alguma dificuldade, porque todos gostávamos que as diligências fossem mais céleres. Depois dizer-vos que o pessoal na seção financeira vai complicar-se no núcleo da contabilidade, aproveito para dizer que a Maria Adelaide segunda feira já não vem trabalhar, por razões de aposentação, e portanto é uma baixa na contabilidade, temos uma outra técnica que também vai ter bebé, vai estar cerca de seis meses ausente, infelizmente o Alvaro partiu e temos o José Carlos na Contabilidade que também vai ter direito a um mês de licença de paternidade e por outro lado no setor de aprovisionamento continuamos com a Filomena de baixa e portanto gostava de vos transmitir que de facto não tem sido muito fácil estes meses e que prevejo que os próximos também não serão muito fáceis, daí pensar em rapidamente abrir concurso, até para assistente técnico e também dizer-vos para o que está previsto no quadro um técnico para a estação de tratamento de águas residuais, que de facto neste momento só temos o senhor Fernando Mariano, os desafios são grandes, dizer-vos que uma outra preocupação tem a ver com a Lei 75/2013, de 12 setembro, que nos preocupa bastante, a nós e com certeza às Juntas de Freguesia que tem a ver com as novas competências das Juntas de Freguesia, o problema não é as competências das Juntas de Freguesia, nem as competências da Câmara. Se para o Município de Lisboa, se calhar até pode ser fácil aplicar aquela legislação, ainda assim houve uma reunião na Associação Nacional de Municípios Portugueses, onde estavam muitos Presidentes de Câmara e representantes das Câmaras Municipais, e de facto em resumo é que

---

Assembleia Municipal de Constância: sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2014

não se sabe muito como é que aquela Lei vai ser aplicada, reconhece-se que as Juntas de Freguesia não têm meios para cumprir com aquelas competências que agora passaram para elas, que muitas vezes e só vos vou dar um exemplo e espero estar a interpretar bem, pelo menos foi o que a Associação Nacional de Municípios disse, um exemplo muito simples é o licenciamento das atividades ruidosa, uma atividade que faça ruído, a atividade é licenciada pela Junta, a licença de ruído é licenciada pela Câmara, mas isto foi uma explicação da interpretação dos juristas e foi apenas um pequeno exemplo da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Agora o que se põe é que se nós não tivermos ouvido isto na Associação Nacional de Municípios Portugueses, no outro dia quando nos pediram para Montalvo, pediram-nos uma licença de ruído e a funcionária já estava a dizer que a Junta é que tinha de passar aquela licença e nós tivemos que lhe dizer não, isto é uma atividade, a atividade ruidosa é que é licenciada pela Junta. Aquilo que nós pensamos fazer e já tivemos uma reunião com as Juntas de Freguesia e que falámos nestes aspetos e que deu origem àquela deliberação da Assembleia Municipal, mas que brevemente vamos ter que nos sentar, pelo menos para dar início à discussão e ao possível acordo com a delegação de competências, pelo menos isto nós temos que fazer, ninguém sabe muito bem como é que as coisas se vão desenvolver a seguir, na certeza porém, ainda no âmbito das informações nós haveremos de encontrar uma forma com as três Juntas de Freguesia, de modo a que, nós dentro daquilo que é a legalidade possamos continuar a cumprir com a legislação e ao mesmo tempo, a prestar o bom serviço às nossas populações que é para isso que nós cá estamos, portanto estas são as duas ideias principais que eu gostava de vos transmitir e partilhar convosco, para além da disponibilidade que manifesto em responder a alguma questão relacionada com a informação da atividade do Município e para outras que não estejam aqui, que querem ter algum esclarecimento. -----

**Vogal Rui Ferreira (CDU)** – Solicitou esclarecimento sobre aquisição de equipamento para o espaço Zêzere; sobre o ponto de situação o relvado sintético do Campo de Futebol de Montalvo, se existiu concurso, quando se prevê e questionou se Comissão de Apoio ao Desporto recentemente criada está incluída neste, processo; qual o ponto de situação do Centro Escolar de Montalvo; e se a Revisão do PDM já está concluída. Disse ainda que este ano parece que Câmara atribuiu mais bolsas de estudo, não sabe se é sinal que existe capacidade para apoiar mais bolsas de estudo ou pelo contrário é mau porque pode significar que as pessoas cada vez têm menos dinheiro e para continuar a estudar, precisam de solicitar apoios.

Assembleia Municipal de Constância: sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2014



Por ultimo fez uma referência ao endividamento da Câmara Municipal, com base nos dados fornecidos, desde de 2006, disse que é o ano que apresenta o mais baixo nível de endividamento, com uma diferença de mais de 800.000,00 euros, o que em tempos de crise não deixa de ser significativo e demonstra que o Município ainda consegue baixar efetivamente o nível de endividamento. -----

**Vogal Filipa Ferreira (PS)** – Questionou o porquê de haver necessidade das várias prestações de serviços, na folha n.º 2, nomeadamente serviços nas áreas de expediente e arquivo, prestação de serviços de apoio a crianças com necessidades educativas especiais e serviços de apoio a atividades culturais desenvolvidas pelo Município. -----

**Vogal Carlos Alves (PS)** – Disse compreender as angústias da atual Presidente da Câmara de Constância, admitindo existirem algumas fraquezas em termos de gestão, e disse demonstrar solidariedade, mas reforçou que do Presidente de Câmara se espera soluções para os problemas das pessoas e das instituições. Disse ainda que tem que reconhecer o mérito e uma atitude positiva que foi demonstrada aqui pela atual Presidente de Câmara. -----

Continuou dizendo que a informação escrita está incompleta, que devem consultar a Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, porque em sua opinião falta muita informação fundamental para os elementos desta Assembleia Municipal, poderem analisar e argumentar. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – Referiu que na informação sobre a atividade municipal falta a indicação dos processos que a Câmara tem em Tribunal, na medida em que o assessor jurídico da Câmara Municipal não os facultou em tempo útil, o que nos remete para outra questão, que a Vogal Filipa faz referência, relacionada com as prestações de serviços. Neste caso a prestação de serviços de apoio a crianças com necessidades educativas especiais, em que as auxiliares de ação educativa são colocadas pela Câmara Municipal, havendo necessidade imediata decorrente de haver um menino com dificuldades de equilíbrio no Jardim de Infância do Centro Escolar de Santa Margarida que precisava de uma auxiliar em permanência. As outras duas questões são para fazer face a algumas dificuldades de trabalho que temos necessidade. Voltando a uma questão do vogal Carlos Alves, pretendo esclarecer que o código da contratação pública prevê que ao nível da prestação de serviços e de aquisição de bens e serviços, até aos 75.000,00 euros, não seja necessário consultar mais do que uma entidade. Aproveito para dizer que neste momento estamos com uma inspeção na Câmara, e todas as questões e pedido esclarecimentos, têm sido prontamente respondidos.-----

---

Assembleia Municipal de Constância: sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2014

Relativamente ao PDM, penso que estamos na reta final, é justo que eu diga o que não disse há pouco no ponto anterior, é que a arquiteta Manuela, está ausente, mas ainda deixou as questões do PDM todas encaminhadas, para que o Eng.º Heitor possa continuar acompanhar a o PDM. Acompanhar quer dizer, há-de haver uma fase em que vai ser preciso contratar serviços e ele poderá explicar o porquê, mas prevemos que talvez em abril ou início de maio na reunião da câmara consigamos levar à discussão pública, aprovar se assim for o caso, entrar 30 dias em discussão pública e depois voltar a quem de direito e remeter à Assembleia Municipal em setembro ou dezembro.-----

Relativamente ao Centro Escolar de Montalvo, dado o grande investimento, é necessário um estudo técnico mais aprofundado que demorou mais tempo, mas que se prevê que na reunião onde são aprovados os projetos, na reunião do dia 10 de março, seja aprovado o Centro Escolar de Montalvo. Portanto, se ao nível da CCDR Centro as coisas correrem bem, em termos do trabalho técnico, o Centro Escolar tem condições para ser aprovado na próxima reunião que realizarem.-----

Relativamente ao espaço Zêzere, o equipamento que está referido, têm a ver com a candidatura que foi feita no âmbito da Tagus e refere-se a algum equipamento para o interior do espaço Zêzere, equipamento de apoio, algumas bancadas e outro equipamento.-----

Relativamente ao relvado sintético é vontade política ter o relvado sintético na próxima época desportiva e também há disponibilidade financeira. Se o sintético não estiver no mês de maio colocado para se realizar o torneio do mês de maio, não é por vontade política, nem por indisponibilidade financeira.-----

**Eng.º Jorge Heitor** – Referindo-se à empreitada do fornecimento e instalação do relvado sintético, disse já ter diligenciado a informação que vai prever a abertura do procedimento do concurso, por ajuste direto, com convite a duas ou três empresas. Disse ter feito uma auscultação no mercado e contactos com alguns colegas de Câmaras vizinhas que recentemente fizeram algumas obras desta natureza, no sentido de ter algumas empresas de referência. O projeto está concluído, irá ser aprovado para entretanto iniciarmos a abertura do procedimento, como a Senhora Presidente disse, se conseguirmos realizar a obra atempadamente, depois de cumpridos todos os procedimentos, audiência prévia, relatório final, pedir os documentos de habilitação aos concorrentes, ao concorrente que iremos depois

adjudicar a obra, garantia bancária, contrato, execução da obra, que se prevê no máximo 30 dias, depois de assinado o contrato e a obra estará pronta previsivelmente em maio. -----

Relativamente ao espaço Zêzere, trata-se de uma parte do equipamento que estava prevista no objeto da candidatura, junto com a obra, foi adjudicado no final do ano, o equipamento já veio, está guardado, são algumas vitrinas, bancadas, equipamentos de frios e outros previstos no recheio do equipamento do espaço Zêzere.-----

Relativamente ao PDM, de acordo com o parecer final da CCDR, vai ter que ser feito uma retificação à proposta, algumas alterações, já fiz a informação também com a arquiteta Manuela, para se fazer essa adjudicação a uma empresa da especialidade, porquanto a empresa a quem nós tínhamos entregue o PDM, fizemos a 31 de junho a rescisão do contrato. A empresa neste momento mudou de ramo de atividade e vamos fazer a adjudicação desse serviço a uma outra empresa. Para estas correções finais e alterações que foram suscitadas na retificação da proposta no âmbito do parecer final da CCDR, pensamos durante o mês de março ou abril, ter as retificações concluídas e remeter para a primeira reunião de abril ou à primeira reunião de maio de modo a ser iniciado o procedimento de publicação para discussão pública, publicação em edital, publicação em diário da república, publicação em jornais nacionais e colocado no site da Câmara, para depois começar a iniciar o procedimento da discussão pública. Há uma plataforma que iremos ter em funcionamento através de uma empresa que fez esse trabalho aqui para os municípios da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, uma plataforma que vai estar on-line e que vai permitir a todas as pessoas que queiram participar, reclamar ou apresentar sugestões, o façam através dessa plataforma ou diretamente nos serviços e cuja resposta ocorrerá num período de trinta dias úteis. Após esta fase haverá um relatório final e uma declaração ambiental que serão enviados para a CCDR, porque salvo erro, tem 10 dias para responder e findo esse período, é remetido à Assembleia Municipal de setembro ou de dezembro.-----

**Vogal Carlos Alves (PS)** – Referiu que as atas da Câmara Municipal estão atrasadas, o que afeta o rendimento dos elementos da assembleia e solicitou que a Câmara fizesse um esforço acrescido, embora reconhecendo as dificuldades atuais, para que as atas sejam postas ao serviço dos eleitos locais em tempo útil. Lembrou também que a Lei diz a necessidade de fazer um edital nos dez dias subsequentes à reunião de Câmara para que haja a eficácia necessária em relação às deliberações tomadas e esta situação não se está a verificar. -----

**Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo** – Questionou se o correio recebido via e-mail não dá entrada, dado que reparou que os cartões de Boas Festas, enviados pela Junta de Montalvo não consta, assim parece que esta entidade não deu as boas festas à Câmara. Sugeriu que se deve trabalhar no processo de alteração ao regulamento de atribuição de bolsas de estudo. Perguntou ainda se houve algum desenvolvimento sobre o Centro Escolar de Montalvo, e alertou para o tipo de sintético a colocar no campo de futebol de Montalvo. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – Referiu que há correspondência que os eleitos da Assembleia Municipal recebem e que nós não recebemos, por exemplo o Relatório da Comissão de menores. Relativo ao Centro Escolar tenho pressionado, até porque a Câmara Municipal têm interesse que o Centro Escolar seja feito o mais rapidamente possível.-----

Disse compreender que os eleitos na Assembleia Municipal tenham funções de fiscalização e até possam não achar que têm o dever de dar sugestões para melhorar o funcionamento da Câmara, mas que as Juntas de Freguesia, que são órgãos executivos e que também têm um papel de intervenção direta na vida das populações, sabem o que é que é fazer normas, regulamentos, e sabem o que é que é a vida das pessoas que mudam de um dia para o outro e que também não têm sugestões para melhorar as coisas e que fique no ar, que não está correta a atribuição das bolsas de estudo, eu digo-vos com toda a sinceridade, em termos pessoais eu tenho uma maneira de ser, que com calma, com serenidade, com tranquilidade, respondo a tudo, explico tudo o que sei, dou o meu melhor, quando se metem com coisas de não está correta a atribuição, quando me falam em honestidade e etc., isso aí se me quiserem chatear façam isso, porque eu chateio-me mesmo, porque eu acho que todos nós, estamos aqui a trabalhar com justiça e a dar o nosso melhor, ou seja que o regulamento tenha que ser adaptado à nova forma de como as famílias vivem, até mesmo e estou-me a lembrar aos custos de especialização tecnológica que surgiram depois da data daquele regulamento, eu até aceito isso, coisas concretas, agora não está correta a atribuição, isso digo-vos uma coisa se não estava correta a atribuição não mandassem uma ata para a Câmara aprovar, e peço aos executivos das Juntas que deem sugestões porque têm obrigação disso e peço que assim o entenderem aos eleitos da Assembleia Municipal nos façam chegar sugestões, se nós acharmos que estamos a gerir a Câmara que vão ao encontro daquilo que achamos que está bem, introduzimos, se acharmos que não está bem, também explicamos porque é que não introduzimos, esta é a nossa postura.-----

**Vereador Arsénio Cristóvão** – Informou que em relação ao tipo sintético a colocar no campo de futebol a decisão foi tomada depois terem sido pedidas referências técnicas doutros campos de futebol, concretamente de Tomar e Rossio ao Sul do Tejo, estiveram técnicos especialistas nesse tipo de matérias a visitar o campo e foram consultadas três empresas, nesse sentido pensa-se ter adquirido a relva adequada, ao melhor preço em termos económicos para beneficiar a Câmara Municipal e em termos técnicos para quem vier a praticar desporto naquele espaço. -----

**Vogal Carlos Alves (PS)** – Em relação ao regulamento das Bolsas de Estudo, questionou qual era o problema dado ser a primeira vez que este assunto vem a esta assembleia. Em relação á preocupação do Presidente da Junta sobre o piso sintético do Campo de Futebol de Montalvo disse ter ficado satisfeito com a resposta dada pelo vereador. -----

**Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo** – Agradeceu as explicações dadas Vereador Arsénio sobre o campo de futebol.-----

## 6. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE.-----

Conforme decidido no período antes da ordem do dia, foi apresentada a Proposta da Bancada da CDU: “Infraestruturas De Elevado Valor Acrescentado”-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Referiu que o texto aponta, ou pretende apontar que a Comissão que desenvolveu o estudo de Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado fala da ponte de Constância e fala da ponte da Chamusca e até lhe atribui, segundo julgo saber algumas verbas, uma para ser adaptada ao tráfego pesado - Constância e Chamusca para a semaforização e ligação ao Eco-Parque. A Senhora Presidente trouxe informações relativas à centralidade. Num passado recente, o antigo Presidente da Câmara no último mandato, referiu algumas vezes uma ponte entre Abrantes e Constância, se fosse eu diria entre Tramagal e Constância.-----

**Vogal Carlos Alves (PS)** – Questionou se já existem verbas atribuídas para a ponte de passagem a pesados. -----

**Presidente da Câmara Municipal de Constância** – Disse que no estudo se prevê um valor aproximado de 3 milhões, mas que se aguarda uma reunião com o Presidente das Estradas de

Portugal para clarificar essa situação e obter esclarecimentos mais concretos, porque também parece que essa verba não seja suficiente.-----

**Vogal Carlos Alves (PS)** – Interveio referindo ter estado a analisar o estudo feito, mas presume que esse valor está fora do estudo. No estudo que esteve a analisar sobre Constância disse gostar de saber se existem documentos da Mitshubishi, da Caima e do Campo Militar a dizer que a ponte faz falta, é prioridade para a Caima, para a Mitshubishi. Continuou dizendo ter informação completamente ao contrário e no estudo que foi feito sobre a ponte de Constância esta não tem ligação a portos, a plataformas logísticas, a parques industriais, a aeroportos, não tem ligação interfaces, não tem aumento de tráfego, não tem potenciação de captação de investimento privado, é só coisas negativas e portanto fica com algum receio que isto seja uma guerra estéril e que não hajam dados concretos.-----

Presidente da Câmara Municipal – Referiu não dizer o contrário, há um estudo e há prioridades, falam num investimento e falam como sendo aqui a ponte de Constância, a velha ponte rodoferroviária a solução para a travessia de pesados, não está como primeira prioridade, uma das primeiras prioridades é o túnel do Marão. Recentrou a discussão no Relatório que está em discussão pública e exortou os diferentes vogais da Assembleia Municipal a contribuírem para a referida discussão pública, pois estamos a falar em infraestruturas de valor acrescentado para o desenvolvimento do nosso país. Quanto à ponte de Constância, disse é preciso uma travessia, eles próprios reconhecem, alguém nesta sala, acha que aquela ponte serve para pesados passarem com a frequência que é exigida? Agora também não peçam à Câmara para arranjar os dados, peçam ao grupo de trabalhos se os têm, ou perguntem ao Eco-Parque do Relvão, agora nós conhecemos o território. O Administrador da Mitshubishi disse, a Mitshubishi precisa de uma travessia sobre o Tejo. Agora quer dizer, eu acho que chegamos a uma determinada altura, temos que nos posicionar, se me pedirem uma opinião, não posso estar no meio de treze pessoas a discutir o assunto e para não me zangar, não apresentar os meus pontos de vista e dados, eu tenho culpa que Constância esteja no Centro e que tenha a Caima?-----

A proposta apresentada pela bancada da CDU, relativamente à necessidade de uma nova ponte em Constância foi **aprovada por unanimidade**.-----

Análise, discussão e aprovação da moção apresentada pela Câmara Municipal de Elvas.-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Perguntou se alguém se opunha à admissão da moção para discussão. -----

A moção foi aceite, e não havendo nenhuma intervenção por parte das bancadas, procedeu-se à votação da moção que foi **aprovada por maioria**, com três abstenções.-----

**Vogal Carlos Alves (PS)** – Interveio referindo que o 25 de abril vai fazer 40 anos apelando à Câmara Municipal para dentro do possível fazer celebrações do 25 de Abril condignas.-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Lembrou que no passado em que era responsável pela Câmara, foi decidido entre a Câmara e Juntas de Freguesia que as celebrações do 25 de Abril eram realizadas pelas Juntas de Freguesias, dado que a câmara tinha acabado de sair de uma tarefa bastante árdua, que é a organização das Festas de Nossa Senhora da Boa Viagem. -----

**Vogal Rui Ferreira (CDU)** – Referiu que se for possível e tendo em conta também os custos porque se trata de 40 anos, se devia comemorar talvez de forma diferente esta data, referindo que de forma mais condigna não diria, como o vogal Carlos Alves referiu, porque considera que as Juntas de Freguesia têm feito com dignidade estas comemorações ao longo dos anos. Disse estar convicto que a Câmara e as Juntas de Freguesia irão encontrar a melhor forma assinalar esta data. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – Aludiu que a questão da comemoração do 25 de Abril de 2014, é algo que deve ser pensado de uma forma articulada com as Juntas de Freguesia, pois não gostaria que a Câmara Municipal deixasse de comemorar os 40 anos do 25 de Abril, no dia 25 de Abril de 2014. Não obstante o referido pelo Presidente da Assembleia Municipal relativo a serem as Juntas de Freguesia que têm assumido as comemorações populares do 25 de Abril, gostaria muito que a Câmara Municipal comemorasse e que as pessoas sentissem, que ainda há muita coisa até para fazer, no aspeto até da efeméride em si, os retrocessos, lembrar quem de muitas formas contribuiu para o 25 de abril. Também referiu que ao longo do ano de 2014, é possível comemorar o 25 de abril e portanto de uma maneira ou de outra a Câmara Municipal há-de associar-se a estas comemorações, terminando dizendo que o 25 de Abril deve ser vivido todos os dias com as ações que nós praticamos e portanto devem ser esses mesmos valores que devem presidir as nossas decisões no dia-a-dia, quer na vida política, quer na vida pessoal. -----

**APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constantes possam produzir efeitos imediatos. -----

**ENCERRAMENTO** -----

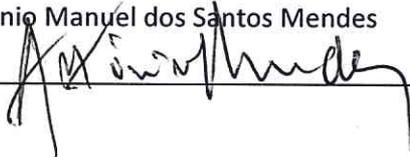
E não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e trinta minutos. A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal.-----

**A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Presidente

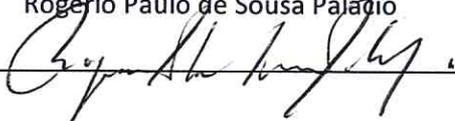
António Manuel dos Santos Mendes



---

1.º Secretário

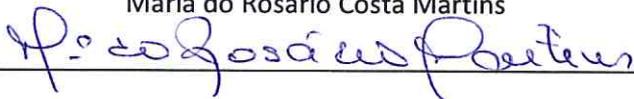
Rogério Paulo de Sousa Palácio



---

2.º Secretária

Maria do Rosário Costa Martins



---

ANEXO I

“XIV CONGRESSO DA ANAFRE EM AVEIRO NOS DIAS 31 DE JANEIRO, 1 E 2 DE FEVEREIRO DE 2014 – CONCLUSÕES “As Freguesias querem ver revogadas as Leis n.º 73 e 75 de 2013.

As Freguesias querem ver publicada uma nova Lei das Finanças Locais que estabeleça um valor mínimo digno para o seu funcionamento e para o exercício das suas competências; que elimine o critério TIPAU (Tipologia de Áreas Urbanas), na distribuição dos recursos financeiros e consigne o alargamento das condições de empréstimo a longo prazo e de locação financeira.

As Freguesias exigem a reposição dos valores do FFF (Fundo de Financiamento das Freguesias), desviados para a compensação/majoração do FFF das Freguesias que se agregaram voluntariamente, e o reforço da percentagem de participação das Freguesias nos impostos recolhidos pelo Estado.

As Freguesias querem ver definitivamente clarificada a partilha das competências entre as Freguesias e os Municípios.

A ANAFRE e as Freguesias continuam em discordância com a agregação a que as Freguesias foram sujeitas, por deixarem o governo das Freguesias distante das populações e não garantirem ganhos de eficácia e eficiência para o Poder Local, nem poupança para os cofres do Estado, exigindo que sejam repostas as Freguesias que, por imposição, sofreram agregação.

A ANAFRE e as Freguesias exigem que seja revisto o Estatuto do Eleito Local e, nele, consignado o alargamento do regime de permanência aos Eleitos das Freguesias de maior dimensão, para dignificação das suas funções.

A ANAFRE e as Freguesias querem ver garantida a prestação de serviços públicos próximos das populações e respeitado a sua gratuitidade.

A ANAFRE e as Freguesias querem ver garantidos os direitos dos trabalhadores, com eliminação de quaisquer normas legislativas que condicionem a contratação de pessoal ou limitem os seus direitos já constituídos, não pondo em causa a autonomia das freguesias, nomeadamente, no que respeita à celebração de acordos de contratação coletiva.

A ANAFRE e as Freguesias querem ver respeitada a coesão social e territorial e garantidos os direitos das populações do interior do País com mais investimento nos serviços sociais e nas infra estruturas rodoviárias.

As Freguesias e a ANAFRE querem ver cumprida a CRP (Constituição da República Portuguesa), com a Implantação da Regionalização Administrativa.

As Freguesias exigem que o Governo se empenhe na criação de medidas e planos que garantam a IGUALDADE e querem participar na implementação desses planos.

As Freguesias querem ter acesso a informação sobre os valores dos impostos locais cobrados no território de cada Freguesia

A ANAFRE e as Freguesias querem participar, ativamente, nas comemorações dos 40 anos da instituição do Poder Democrático em Portugal e das conquistas de abril.”

ANEXO II

DECLARAÇÃO POLITICA DA BANCADA DA CDU: “No passado dia 6 de janeiro, o Tribunal de Abrantes absolveu os ex-Presidentes da Câmara Municipal, António Mendes e Máximo Ferreira e ainda Francisco Caipirra, Ex-Chefe de Divisão, acusados dos crimes de prevaricação e falsas declarações.

Como todos os presentes sabem este processo faz parte de um vasto conjunto de denúncias, feitas pelo Partido Socialista local, junto de várias entidades inspetivas e judiciais, em que o resultado de todas elas foi o arquivamento e no caso presente a absolvição.

Na ânsia de chegar ao poder autárquico Constanciense, o Partido Socialista optou, nos últimos mandatos, pela tentativa de denegrir a imagem, e a prática permanente de seriedade e competência, daqueles que ao longo dos anos têm trabalhado arduamente em prol do desenvolvimento e bem estar do Concelho e das suas populações.

O Partido Socialista tudo fez para minar e destruir a coesão da maioria CDU nos Órgãos Autárquicos Concelhios.

O Partido Socialista, através das inúmeras denúncias e das subseqüentes inquirições, tudo fez para bloquear o normal funcionamento do município e minar a confiança entre eleitos e funcionários autárquicos.

O Partido Socialista nos últimos anos manteve sempre uma política de ofuscar e depreciar os êxitos do concelho, regularmente demonstrados por organismos oficiais nomeadamente pelo INE, não se coibindo de interna e externamente ao município transmitir a imagem de que tudo está mal no Concelho de Constância.

O Partido Socialista tentou nos últimos anos ganhar eleições através da “secretaria” e não dos votos das eleições.

Passados que são cinco meses do atual mandato autárquico esperamos que tal pratica tenha sido erradicada, sem contudo deixar de lamentar a ausência de qualquer demarcação por parte dos atuais eleitos do PS perante tão vil atuação.

Os desafios que temos pela frente são enormes. Todos somos poucos para defender os serviços públicos de proximidade como sejam os serviços de Saúde, as finanças, os serviços judiciais, a nova travessia sobre o Tejo, etc. etc. Independentemente da visão de cada um, o

mais importante será sempre a defesa do bem estar dos nossos munícipes e da região em que nos inserimos.

Para a CDU não existem dúvidas que os ex-Presidentes António Mendes e Máximo Ferreira e também o ex-Chefe de Divisão Francisco Caipirra sempre estiveram e continuarão a estar do lado dos que trabalham em prol do seu concelho e da sua região. Para eles, depois desta tentativa de humilhação, vai o nosso apreço e a nossa solidariedade.”



ANEXO III

PROPOSTA DA BANCADA DA CDU: “INFRAESTRUTURAS DE ELEVADO VALOR ACRESCENTADO - Por despacho do gabinete do Secretário de Estado das infraestruturas, Transportes e Comunicações, constituiu-se o Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado, com o objetivo de definir um conjunto prioritário de projetos e recomendações que, nos próximos sete anos, contribuam para potenciar a competitividade da economia nacional e do tecido empresarial.

No que ao País diz respeito verifica-se que grande parte dos investimentos propostos se situam no Litoral pelo que a falta de propostas de investimento em infraestruturas estruturantes no interior, contribuirá ainda mais para a desertificação do interior e a consequente perda de competitividade económica que agravará ainda mais as condições de vida da população daquelas regiões.

No que ao nosso concelho diz respeito, pode ler-se e na página 384 do relatório final do referido estudo, uma referência À ABERTURA DA Ponte de Constância/Praia do Ribatejo a pesados:

“Este projeto refere-se à ponte metálica da Praia do Ribatejo sobre o rio Tejo. Esta ponte foi objeto de um protocolo celebrado entre a EP, a REFER e os municípios de Vila Nova da Barquinha e de Constância. O mesmo teve como objetivo reabilitar e reforçar a estrutura da obra de arte de forma a permitir a circulação ao trânsito automóvel ligeiro, já que a atual estrutura não suporta o trânsito pesado.

A travessia do Tejo pelos veículos pesados na região do Médio Tejo deverá ser equacionada em conjunto com a melhoria das acessibilidades na zona da Chamusca – Ecoparque do Relvão - , que por sua vez estão associados ao corredor do IC3 com uma nova ponte.”

Tal documento refere, sem qualquer dúvida, a importância estratégica da ponte da Praia do Ribatejo para o território, e para o nosso concelho daí a sua priorização de projeto e investimento relevante no setor rodoviário;

Contudo, considerando a experiência de que na ponte da Chamusca se verifica o congestionamento do tráfego em virtude de nesta ponte não se conseguirem cruzar camiões.

Considerando que: o trajeto de viaturas pesadas com destino ao Ecoparque do Relvão provenientes da A1 é mais curto pela ponte de Constância,

---

Asssembleia Municipal de Constância: sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2014

Considerando que o Estudo de Impacte Ambiental para implantação dos Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos (CIRVER'S) no Eco Parque do Relvão, aponta como Trajeto a ponte de Constância / Praia do Ribatejo,

Considerando o investimento que vai beneficiar do apoio do AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal), com quem a Altri assinou um contrato no valor de 65 milhões de euros, também direcionado para a otimização da produção na Celbi, no dia 8 de Novembro, e que aumentará a matéria-prima a transportar por via rodoviária para a Caima (Constância Sul).

Considerando que a empresa de montagem de veículos – A MITSUBISHI – está impedida de escoar a produção diretamente à A23.

Considerando que os veículos militares de grande envergadura e com grande tonelagem do Campo Militar de Santa Margarida chegam à A1 pela ponte Salgueiro Maia.

Considerando que a ponte Constância/Praia do Ribatejo ainda que aberta a pesados vai continuar a causar estrangulamentos no trânsito, bastando para tal lembrar o passado em que as filas atingiam os 4 KM;

Propõe-se que a Assembleia Municipal, reunida em 28 de fevereiro de 2014 delibere no âmbito da discussão do relatório sobre Infraestruturas de elevado valor acrescentado, propor a introdução no referido estudo da necessidade de uma nova travessia sobre o Tejo e que pela centralidade seja construída na zona do concelho de Constância.

Desta proposta deve dar-se conhecimento ao Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações,

Ao Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado

À Câmara Municipal de Constância

Aos Grupos Parlamentares.”

Anexo IV

“Em 13.02.2014, o Executivo Municipal, aprovou, por unanimidade, adjudicar à Fundação CEFA, entidade concedora do contexto específico da Administração Pública e que presta às autarquias locais, um serviço de assessoria técnica tendo em vista desenvolver os procedimentos concursais para recrutamento dos dirigentes intermédios de 2.º grau para a Divisão Municipal Administrativa e Financeira e para a Divisão Municipal de Serviços Técnicos.

Efetuada o primeiro contacto com os responsáveis da Fundação CEFA, fomos alertados para o facto de que o processo de designação dos júris dos procedimentos concursais para recrutamento dos cargos de direção intermédia, tem-se revelado algo complexo, pois face ao preceituado na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que levou à dedução do número de dirigentes nas autarquias, tem sido difícil, encontrar dirigentes disponíveis para integrar os procedimentos.

De qualquer modo, e porque no Município de Constância, urge resolver a situação das duas Chefias de Divisão previstas na estrutura orgânica deste Município, decidi dar início ao processo, o qual imprescindivelmente teria de ser apreciado na reunião do Executivo Municipal de 13.02.2014.

Desenvolvidos todos os esforços, entre os serviços da Câmara Municipal e a Fundação CEFA, a proposta de júri deu entrada no Município, via email, às 15h07m do dia 13 de fevereiro, ainda, com indicação, mas sem a confirmação, do Presidente dos Júris dos dois procedimentos, uma situação que só foi confirmada às 15h24m. Ambos os email, bem como a proposta, foram presentes à reunião do Executivo Municipal, de 13.2.2014, que teve início pelas 16h00.

Concluído o processo de constituição dos Júris dos dois procedimentos concursais, em 18.2.2014, às 13h09, a Câmara Municipal recebeu um email da Fundação CEFA, com o conteúdo que passo a citar: «Como alguns dos elementos do júri me foram indicados por colegas e a fazer fé nessa indicação, só hoje tive confirmação de que a Sra. Dra. Paula Crisóstomo, do Município de Vila Rei, não é Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, mas sim, Chefe de Divisão de Planeamento e Coordenação Estratégica. Só posso lamentar este lapso.»

Perante este documento, de imediato, a técnica do município responsável pelo processo, solicitou que fosse enviado, com carácter de urgência, a versão definitiva (corrigida com estes

novos dados), da designação dos júris dos procedimentos concursais para recrutamento dos dirigentes intermédios de 2.º grau para a Divisão Municipal Administrativa e Financeira e para a Divisão Municipal de Serviços Técnicos, o que se verificou às 14h47m, do dia 18.2.2014, através de email, documento que deu entrada nos serviços, e que acompanhou os documentos que fazem parte integrante do ponto 2., da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal Ordinária, de 28 de fevereiro de 2014.”

